

ESTADO DE SÃO PAULO

A Saúde e as verbas

03 SET 1992

Para o próximo ano o brasileiro mantém o direito de adoecer, no máximo, até setembro. Isso, se tudo correr bem e se as fontes alternativas de recursos permanecerem ativas. Segundo cálculos da Secretaria Geral do Ministério da Saúde, a proposta orçamentária preparada pelo Ministério da Economia prevê uma redução de pelo menos 20% em relação ao Orçamento que a área obteve este ano. Os Cr\$ 24 trilhões (preços de abril) pedidos pelo ministro Adib Jatene, para atender ao minimamente necessário na Saúde, foram reduzidos, dado o realismo que presidiu a elaboração da lei de meios, a apenas Cr\$ 18,5 trilhões. Esses trilhões mal darão para cobrir as internações e o atendimento ambulatorial do último trimestre de 1993.

O Ministério da Saúde, no primeiro semestre deste ano, foi responsável por aproximadamente 1,2 milhão de internações/mês; as consultas ultrapassam o número impressionante de 1 milhão/dia.

Além das despesas daí decorrentes, há as ações de combate às endemias, de imunização e de atendimento médico-hospitalar. Para os que se espantam com esses números, cabe explicar que

numa relação de 25 países que se pode chamar de industrializados, o Brasil é o que menos investe per capita na saúde da população. Ainda não conseguimos gastar US\$ 100/ano por habitante, quando na Turquia já se ultrapassam os US\$ 150 e a Espanha já rompeu há mais de cinco anos a barreira dos US\$ 500/ano com gastos per capita com saúde. Esta barreira é o mínimo recomendado pela Organização Mundial de Saúde.

É verdade que até a chegada de Adib Jatene à Saúde, todos reconheciam sérias "distorções de objetivos" nos gastos da área. Sem fazer segredo, o ministro repôs a prioridade dos gastos no doente e esqueceu definitivamente os tijolos. "Suspendi todos os investimentos com recursos federais", foi a frase escolhida pelo dr. Jatene para que todos entendessem que as verbas pedidas para a Saúde visavam garantir o mínimo direito de adoecer dos brasileiros.

Ninguém nega que as dificuldades orçamentárias são terríveis; porém, alguma sensibilidade com a questão da saúde pode esperar-se daqueles que têm a responsabilidade pelas contas nacionais. Até mesmo por mero exercício do bom senso.